

O ensino de Língua Portuguesa na década de 1950: uma análise de um livro didático da época

Teaching Portuguese in the 1950s: an analysis of a textbook from that period

Raquel Melo Silva¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Silvana Schwab do Nascimento²

Universidade Federal do Rio Grande
Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o ensino de língua portuguesa da década de 1950 através do livro didático “Português para o Ginásio”, de autoria de José Cretella Júnior. Neste trabalho, inserido na História das Disciplinas Escolares (CHERVEL, 1996), inicialmente apresentou-se um breve panorama histórico sócio-educacional das décadas que precederam a publicação do livro considerado, assim como também se discorreu sobre a análise documental (CELLARD, 2008), metodologia escolhida para esta investigação. Posteriormente, foi feita a apresentação e discussão do referido livro didático, sua organização e metodologia utilizadas. A partir da análise, verificou-se uma abordagem descontextualizada da gramática normativa e constatou-se a falta de aprofundamento de um estudo sobre os textos literários sugeridos para a leitura nas unidades didáticas dada a praticamente categórica inexistência de exercícios que os levassem em consideração.

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa. Análise de livros didáticos. História das Disciplinas Escolares.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the teaching of the Portuguese language in the 1950s through the textbook “Português para o Ginásio” by José Cretella Júnior. This work, situated within the History of School Subjects (CHERVEL, 1996), initially presents a brief socio-educational historical overview of the decades preceding the publication of analyzed textbook, as well as a discussion on document analysis (CELLARD, 2008), the methodology chosen for this investigation. Subsequently, this study presents and discuss the textbook, its organization and methodology used. From the analysis, a decontextualized approach to normative grammar was observed, along with the lack of depth in the study of literary texts suggested for reading in the didactic units, given the practically categorical absence of exercises that took them into consideration.

Keywords: Teaching Portuguese. Textbook analysis. History of School Subjects.

1 INTRODUÇÃO

Existem cada vez mais estudos que procuram entender como determinados conteúdos tornaram-se propriamente disciplinas escolares. Esses estudos inserem-se na denominada História das Disciplinas Escolares, uma área de conhecimento de abordagem multidisciplinar, localizada no interior da História da Educação. Difundido por André Chervel (1990), esse campo de pesquisa

¹ Mestra em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: raquelms2006@gmail.com.

² Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora adjunta do Instituto de Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Campus Carreiro, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0983-4389>. E-mail: silvana.schwab@furg.br.

investiga a história das disciplinas e seus conteúdos de ensino, ou seja, a constituição dos saberes escolares em diferentes períodos históricos.

A partir de um olhar voltado para o passado, isto é, de uma prática investigativa que pretenda analisar e estudar determinado aspecto do que passou, é possível compreender normas e práticas desenvolvidas na escola durante determinado período no tempo. A seleção dos conteúdos curriculares que compõem as disciplinas escolares varia conforme o momento histórico em que certa sociedade se encontra.

De acordo com Souza Júnior e Galvão (2005), a História das Disciplinas Escolares tem se configurado como uma importante área de estudos atualmente no Brasil porque esse novo olhar sobre a escola do passado permite perceber que a história da educação é muito mais do que a história dos ideários e dos discursos pedagógicos. Estudos realizados nesse campo permitem concluir que os saberes escolares não seguem uma linearidade lógica, mas são o resultado de influências específicas de cada espaço social e época. Segundo Chervel (1990), as disciplinas escolares não somente formam os indivíduos, mas também a cultura que, por sua vez, penetra, molda e modifica a cultura da sociedade global.

Para Chervel (1990), ao estudar a história de certa disciplina escolar, o pesquisador deve procurar em outros documentos, além de textos oficiais, que possam ajudá-lo a encontrar as respostas do porquê a escola ensina o que ensina. Choppin (1998) defende que os livros didáticos são uma fonte privilegiada, independentemente do interesse do pesquisador, seja relacionado à educação, cultura, linguagem ou ciências. Nesse sentido, considera-se que os livros didáticos fazem parte da constituição da disciplina escolar e uma investigação deste objeto permite entender a cultura escolar da época em que foi concebido, contribuindo para a compreensão de sua transformação até às práticas dos dias atuais.

Para a História das Disciplinas Curriculares, a metodologia da análise documental é relevante. Este método, quando incorporado na investigação dos manuais escolares, auxilia na compreensão da evolução das abordagens e técnicas didáticas, proporcionando um maior entendimento acerca da constituição das disciplinas escolares.

Nesse contexto, este estudo justifica-se, uma vez que, com o intuito de compreender as práticas metodológicas e os saberes selecionados para a disciplina de Língua Portuguesa (LP) na metade do século XX, este trabalho direciona-se à análise de um livro didático brasileiro utilizado na década de 1950. Considerando que o currículo de uma disciplina em uma época específica representa a hegemonia de determinada posição política e ideológica daquele período histórico, parte-se do pressuposto de que a descrição da organização interna da obra, dos tópicos abordados e dos textos literários utilizados pode revelar aspectos importantes sobre o ensino de LP no tempo em que o livro esteve em circulação.

2 PANORAMA EDUCACIONAL DO INÍCIO DO SÉCULO XX: A CRIAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO E A REFORMA DE CAPANEMA DE 1942

Choppin (1998) enfatizou a importância de analisar as políticas educacionais vigentes na concepção do livro didático, levando-se em consideração que os aspectos e contextos legislativos e normativos condicionam a sua concepção, composição, produção e utilização. O livro é um “precioso indicador das relações de força que estabelecem, em um dado momento e em uma determinada sociedade, os diversos atores do sistema educativo [...]” (Choppin, 1998, p. 13) Portanto, nessa seção objetiva-se analisar brevemente a legislação educacional brasileira em vigor nas primeiras décadas do século XX no que diz respeito à produção e distribuição do livro

didático, as primeiras políticas legislativas que trataram da sua produção e circulação e os programas oficiais que regularam sua distribuição em território nacional.

No Brasil, foi em 1938, durante o período do Estado Novo, que se deu a instauração da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) a partir do Decreto-Lei nº 1.006 de 30 dezembro daquele ano. Essa norma federal estabeleceu as condições de produção e de utilização do livro didático em território nacional, limitando a distribuição do material que não houvesse tido autorização prévia do Ministério da Educação para a sua devida circulação nas escolas primárias, secundárias e profissionais do país. Foi nesse mesmo decreto que, pela primeira vez, surgiu a definição de livro didático:

Art. 2º Para os efeitos da presente lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe. § 1º Compêndios são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares. § 2º Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula. (Brasil, 1938).

A CNLD, instituída a partir desse ano, tinha incluída, no seu rol de competências, atribuições como a de examinar os livros didáticos, proferir-lhes julgamentos contrários ou favoráveis ao seu uso; estimular a produção e orientar a importação de manuais didáticos estrangeiros e promover exposições nacionais com os livros aprovados para uso.

De acordo com Oliveira, Guimarães e Bomény (1984), durante esse período, as legislações e decretos da época visavam sempre a constituição do que na época se denominava a “construção da nacionalidade”. Os livros didáticos acabaram por tornar-se um dos grandes veículos de transmissão do ideário estado-novista, sendo censurados aqueles que atentassem contra independência ou honra nacional; que contivessem pregação ideológica ou induzissem à violência contra o regime político da nação ou aqueles alimentassem a oposição e luta entre as classes sociais.

Apesar da proposta geral de regulamentação do livro didático apresentar uma linha de raciocínio simples e clara, sua implementação é responsável pelas dificuldades que se seguiram nos quatro anos seguintes (Oliveira; Guimarães; Bomény, 1984). Como a utilização dos livros didáticos nas escolas estaria sujeita à autorização do órgão de controle a partir de 1940, o primeiro ano de funcionamento dessa entidade deveria ser de um desempenho exemplar, o que não ocorreu. O prazo para que o decreto entrasse em vigor foi prorrogado para 1941. Em julho daquele ano, com 1.986 livros aguardando avaliação, precisou-se contratar examinadores extras e o prazo foi novamente prorrogado para 1942. Não foi nesse ano nem no ano seguinte que se encontrou solução para ineficiência da avaliação e autorização da literatura didática escolar do país (Oliveira; Guimarães; Bomény, 1984).

Em 1942, o ensino secundário do Brasil foi reestruturado pela Reforma Capanema. Essa reforma dividiu o nível secundário em dois ciclos: o ginasial, com duração de 4 anos, e o colegial, que compreendeu o curso científico e clássico, com três anos de duração cada. O ginasial ofereceu uma formação geral do aluno; o científico focou no estudo aprofundado das ciências; e o clássico promoveu um maior conhecimento de filosofia e das letras antigas

Nesse sentido, o Latim, juntamente com o Português, Francês e Inglês compunham as disciplinas do curso do ginasial, sendo o Grego e o Espanhol adicionados ao currículo do colegial. A cultura escolar prescrita pela Reforma foi transversalizada pelo nacionalismo estadonovista e o ensino secundário permaneceu um lugar de tradicionalismo pedagógico (Dellabrida, 2014), com um ensino focado em modelar os estudantes para uma formação moral e ética baseada em

princípios religiosos. O livro didático servia como um objeto de controle. Mesmo após a queda de Vargas, o ensino permaneceu sob as orientações da Reforma de Capanema até a sanção da Lei de Diretrizes e Bases de 1961.

3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS: ANÁLISE DOCUMENTAL

A importância do documento escrito para a pesquisa científica é defendida por Cellard (2008). O documento é definido pelo autor como sendo todo texto escrito registrado em papel. Por sobreviver à passagem do tempo, é uma fonte importante que representa a “quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas” (Cellard, 2008, p. 295). Permanecem como testemunhos das atividades que ocorreram no passado; não raro, muitas vezes, são os únicos vestígios materiais que sobraram delas. É a partir da análise dessas fontes que é possível observar a evolução da sociedade, dos indivíduos que a compõem, de seus comportamentos e práticas utilizadas desde tempos remotos até os dias atuais.

Cellard (2008) defendeu que, para uma avaliação crítica da documentação que se pretende analisar, é preciso seguir cinco dimensões. A primeira apresentada que deve ser considerada é o *contexto*. É necessário examinar o contexto social global em que o documento foi produzido e no qual se inserem seu autor e seu público-alvo. É preciso que o pesquisador conheça satisfatoriamente a conjuntura política, econômica, social e cultural que influenciaram a produção de um documento.

Além do contexto, também é necessário conhecer a identidade do autor do documento, o que ajudará a avaliar a credibilidade do texto, a interpretar alguns fatos, e a compreender a posição que certa descrição pode transparecer, assim como as possíveis deformações que podem ocorrer na reconstituição de um acontecimento. Além da origem social e dos interesses particulares do autor de um documento, é preciso assegurar-se da *autenticidade* da informação transmitida, da confiabilidade do texto (Cellard, 2008).

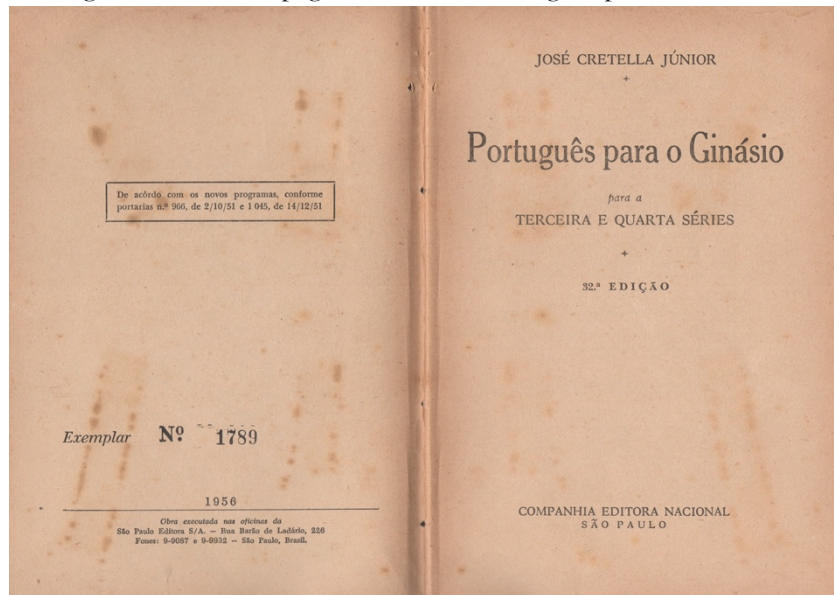
Ainda de acordo com Cellard (2008), deve-se levar em consideração que a estrutura de um texto pode variar de acordo para quem ele é redigido, e que, por isso, é preciso considerar-se a *natureza de um texto* antes de se tirar conclusões. Por fim, uma análise não está completa se um pesquisador não tiver compreendido o sentido dos termos empregados pelo autor de um texto, já que a análise pode ficar prejudicada se isso ocorrer. Portanto, o autor sugeriu que os pesquisadores devem prestar atenção à *lógica interna do texto* e a *conceitos-chaves*, avaliar a sua importância e sentido de acordo com o contexto em que estão empregados.

Para a realização deste trabalho, adotou-se uma abordagem de cunho qualitativo com enfoque na análise documental, levando-se em consideração que o objeto deste estudo é um livro didático e sua composição num todo será observada. A análise documental consiste em identificar, observar e apreciar documentos com um determinado objetivo. É uma forma de investigação cujo propósito é descrever e representar os documentos de maneira unificada e sistemática. Para além de identificar, organizar e avaliar textos, funciona como um expediente para contextualizar momentos e situações, e introduz novas perspectivas em outros ambientes, sempre respeitando a substância original dos documentos analisados. Na área da Educação, a análise documental é tanto fonte de informação quanto um indicador de metas e dificuldades identificadas na docência, aprendizagem e didática (Moreira, 2005).

Considerando os livros didáticos como documentos inseridos em contextos sócio-históricos diversos, uma vez que são um meio pelo qual são repassados conhecimentos considerados fundamentais em uma determinada sociedade em uma época específica, será analisado livro da disciplina de LP intitulado “Português para o Ginásio” de autoria de José

Cretella Júnior (Figura 1). A edição utilizada é a de número 32º do livro destinado aos alunos da 3ª e 4ª série do antigo ginásio, publicado em 1956 pela Companhia Editora Nacional. A partir da observação deste material didático, espera-se contribuir para o mapeamento da história do ensino de LP e da organização desta disciplina curricular.

Figura 1: Primeiras páginas do livro “Português para o Ginásio”.



Fonte: Cretella Júnior (1956).

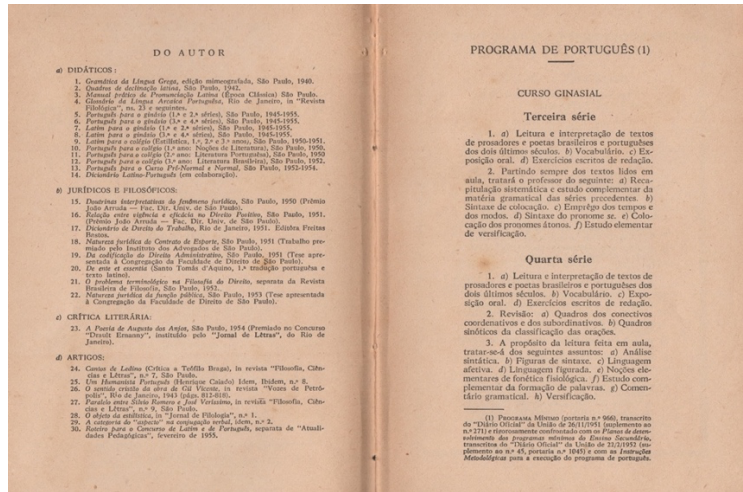
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE UM LIVRO DIDÁTICO DOS ANOS 50

O livro didático “Português para o Ginásio” divide-se em 54 capítulos. As primeiras vinte e cinco unidades destinam-se aos alunos da 3ª série, enquanto as últimas vinte e nove são voltadas para a 4ª série do ginásio. Essas 54 unidades, condensadas em um livro de 221 páginas, são subdivididas nas seis seções seguintes: Biografia (100%), Teoria Gramatical (100%), Comentários (87%), Vocabulário (87%), Aplicação Gramatical (63%) e Temas Sugeridos pelo Texto (61,1%). Eventualmente aparecem seções de Para Bem Redigir Cartas (29,6%), Lexiologia (1,9%), Sintaxe (1,9%) e Subsídio para Melhor Compreensão do Texto (1,9%).

Antes do início das informações sobre o “Programa de Português e as Instruções Metodológicas deste programa”, há uma página dedicada à extensa bibliografia de José Cretella Júnior (Figura 2), do professor e advogado que produziu, durante sua carreira, uma vasta quantidade de livros didáticos, jurídicos e filosóficos.

Na página seguinte, o autor introduziu o livro com as premissas das habilidades a serem desenvolvidas na 3ª e 4ª série do ginásio a partir da utilização do material proposto (Figura 2). Em ambos níveis de escolaridade, há a proposta de “atividades de leitura e interpretação de textos de prosadores e poetas brasileiros e portugueses dos últimos dois séculos; questões relacionadas ao vocabulário; exposição oral e exercícios de redação” (Cretella Júnior, 1956, p. 7), estabelecidas pelas diretrizes da Portaria nº 966 (BRASIL, 1951), que estabeleceu o plano de desenvolvimento dos programas mínimos do ensino secundário.

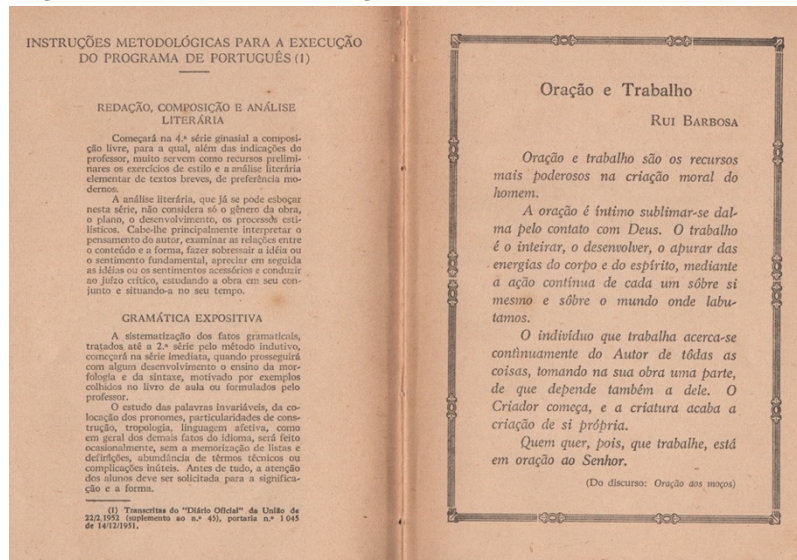
Figura 2: Informações sobre o autor e os assuntos abordados no livro.



Fonte: Cretella Júnior (1956).

Conforme Soares (2002), é somente a partir dos anos 60 que ocorre a divisão do material didático do docente e do discente; até esse período, os livros didáticos caracterizam-se por serem únicos tanto para o professor como para o aluno. Esse é o caso do livro analisado neste trabalho: ele é uma edição única para ambos os públicos. Dessa maneira, nas primeiras páginas após a breve introdução com os objetivos do livro, há um espaço reservado para as “Instruções Metodológicas para a Execução do Programa de Português”, uma seção inicial dedicada aos docentes com instruções para o uso do material didático. As orientações foram transcritas da Portaria nº 1.045 (Brasil, 1951), que tratou dos programas mínimos e das instruções metodológicas para aplicação dos conteúdos.

Figura 3: Instruções metodológicas do livro e oração de Rui Barbosa.



Fonte: Cretella Júnior (1956).

Na seção inicial “Instruções Metodológicas para a Execução do Programa de Português” (Figura 3), no tópico intitulado “Redação, Composição e Análise Literária”, as diretrizes da novamente citada Portaria nº 1.045 apontam para uma análise literária que não considera apenas processos estilísticos, mas sim a interpretação do pensamento do autor. Indica que é necessário, para a máxima apreciação de um texto literário, uma discussão para além do gênero ou sobre o seu desenvolvimento. É preciso que se estude a obra de forma aprofundada em todo o seu conjunto, contextualizando-a no tempo em que foi escrita.

Nessa mesma seção, mas já no segundo tópico, cujo título é “Gramática Expositiva”, as instruções apontam para o estudo das palavras, de particularidades sintáticas e outros fatos do idioma. Preveem um ensino gramatical para além da memorização de listas e abundâncias de termos técnicos. Abominam o ensino que se volta exclusivamente para a identificação e classificação de palavras, focando apenas no domínio de nomenclaturas, memorização de regras e definições. Para além dessa concepção equivocada de gramática, indicam que a atenção dos alunos deve se voltar para o significado e para a forma.

É um fragmento de cunho religioso de Rui Barbosa que antecede o primeiro capítulo do livro didático (Figura 3). O fragmento retirado do discurso Oração aos Moços é uma espécie de “benção” para os professores, aqueles que se dedicam arduamente a uma causa. O texto indica que os que trabalham estão em “oração com o senhor” pela sua dedicação e tempo destinados a uma atividade profissional.

4.1 AS SEÇÕES “VOCABULÁRIO”, “PARA BEM REDIGIR CARTAS” E “COMENTÁRIOS”

As unidades do livro didático iniciam com a apresentação de algum texto literário advindo de algum autor consagrado na literatura brasileira. A essas seções vinculam-se os mais diversos gêneros textuais. Cretella Júnior propôs a leitura de contos, crônicas, cartas, poemas e fragmentos de romances do cânone brasileiro ou português. Predomina o tipo textual narrativo (68,5%), sendo seguido pelo lírico (29,6%) e o injuntivo (1,8%).

Após a leitura do texto literário sugerido, parte-se para a seção de “Vocabulário”, que desempenha função similar à de um dicionário. O autor selecionou, nos textos literários apresentados, vocábulos e expressões talvez não conhecidas pelo público ao qual o livro se destina e apresentou, juntamente à classe gramatical que as palavras pertencem, seus significados dicionarizados.

Questões de interpretação textual são raras e, quando ocorrem, estão localizadas dentro da seção de “Comentários”. Logo, quando não aparecem, pressupõe-se que era o professor quem deveria elaborar as atividades de compreensão textual. Soares (2002) sinalizou que essa era uma prática recorrente no início do século XX. Nessa época, os livros apresentavam os textos literários e era de responsabilidade do professor comentá-los, analisá-los e propor exercícios aos alunos. Entretanto, a autora aponta que, a partir dos anos 1950, o criador do livro didático é quem costumava assumir a tarefa de propor questões e formular exercícios. Não é o que acontece no caso do livro examinado, em que questões de interpretação textual não são recorrentes.

Inclusive, nesta análise, foi identificada apenas uma questão que sugere real interpretação sobre o conteúdo do texto apresentado. Na unidade seis, após a leitura de um excerto da obra de Euclides da Cunha, o autor propôs:

Figura 4: Atividade sobre a obra de Euclides da Cunha na seção de “Comentários”

1. Fazer uma relação dos vocábulos empregados por Euclides da Cunha e compará-los com os de Rui Barbosa. Observar qual das duas descrições é mais real, qual é mais artificial e qual a que tem mais preocupações literárias. Qual das duas descrições conseguiu dar a você a impressão de estar vendo os bois em fuga desordenada? Por que? 2. Com-

Fonte: Cretella Júnior (1956, p. 33)

Por vezes, o autor, nessa seção de “Vocabulário”, apresentou a etimologia de um vocábulo, comparando-a com a daquele que derivou do latim, explicando o processo fonológico que transformou um vocábulo em outro derivado. As comparações entre Latim e Português aparecem no livro como uma maneira de elucidar a origem das palavras portuguesas. A relação entre as duas línguas fez-se presente com frequência nesse material da década de 1950, uma vez que o Latim ainda era uma disciplina obrigatória no currículo escolar das escolas brasileiras.

Na maior parte das unidades, Cretella Júnior utilizou da seção “Comentários” para uma contextualização das condições históricas em que os textos foram escritos, auxiliando na maior compreensão textual por parte dos docentes e alunos. Uma única vez, o autor utilizou dessa seção para apresentar o que intitulou de “Subsídio para Melhor Compreensão do Texto”. Nessa subseção única, na unidade 48, apresentou-se um excerto de um outro livro de português da época que dialogou diretamente com o texto literário indicado para leitura.

Além das elucidações sobre a etimologia das palavras, contextualização dos períodos literários e observações sobre questões estilísticas, a seção “Comentários” apresenta majoritariamente explicações ortográficas, semânticas, sintáticas e morfológicas de elementos e construções que aparecem no texto e são salientadas pelo autor.

Nesta seção, analisa-se:

- a) a ortografia das palavras, como no caso de “hesitar”, em que o autor alerta que os alunos devem “observar a grafia correta desta palavra em geral confundida com exitar (de êxito)” e postula que “meses” com –s “é a grafia correta e não mezes como vemos escrito muitas vezes” (Cretella Júnior, 1956, p. 57);
- b) itens lexicais e seus significados, como no caso da explicação de “folclore”, que “designa o ramo da cultura que estuda o conjunto das lendas e tradições, crendices, poesias, provérbios de origem popular” e “Pai João”, que “é uma das figuras mais interessantes da história africana no Brasil” (Cretella Júnior, 1956, p. 128);
- c) as relações das palavras umas com as outras, como a concordância nominal de “amor dos negócios”, em que “o substantivo amor pede complemento regido de *a* ou *de*” (Cretella Júnior, 1956, p. 45) e ainda a construção sintática de “Honra a Deus”, em que “sujeito: tu (oculto). Predicado total: honra a Deus. Predicado gramatical: honra (transitivo direto). Objeto direto: Deus. Observar que o objeto direto vem regido de preposição” (Cretella Júnior, 1956, p. 76); e, por fim,
- d) os processos morfológicos flexionais, derivacionais e de composição que os vocábulos podem sofrer, como no exemplo de “fidalgo”, que o autor aponta ser um caso de “aglutinação, que se verifica quando os elementos ligam-se intimamente, o primeiro perde a integridade gráfica e prosódica ao fundir-se com o seguinte e o conjunto exprime apenas uma ideia” (CRETELLA JÚNIOR, 1956, p. 118) e “tranquilamente”, que deriva do “adjetivo tranquilo, em sua forma feminina tranquila, pelo acréscimo de terminação adverbial –mente” (CRETELLA JÚNIOR, 1956, p. 54).

Observou-se ainda que, entre as unidades 31 e 44, houve um maior enfoque no gênero textual carta. Nessas unidades, o texto literário foi substituído por correspondências trocadas entre conhecidos escritores, e aspectos relacionados à escrita de cartas foram abordados num tópico especial posicionado entre os “Comentários” e a “Teoria Gramatical”. Esse tópico, denominado “Para Bem Redigir Cartas”, aparece somente nessas unidades e traz informações sobre esse gênero textual, sua formatação, seus ambientes de circulação e a formalidade exigida em sua composição.

4.2 AS SEÇÕES “TEORIA GRAMATICAL”, “APLICAÇÃO GRAMATICAL” E “TEMAS SUGERIDOS PELO TEXTO”

Após a seção “Comentários”, a próxima que parece em todas as unidades do livro é a de “Teoria Gramatical”, que, como o nome pressupõe, é voltada especificamente para a gramática da Língua Portuguesa. Nela, são trabalhados diversos tópicos das diferentes áreas do conhecimento que compõem o estudo do português. Inicia-se o livro com tópicos voltados à Morfologia, como o gênero e número dos substantivos e adjetivos, passando pela Sintaxe com o estudo sobre o período, orações subordinadas e a concordância verbal. Nas últimas unidades, o livro aborda tópicos relacionados à Poética, como metrificacão, rima e figuras de linguagem.

Percebeu-se que, quando no estudo dos tópicos gramaticais escolhidos para serem debatidas em cada uma das unidades do livro, a explicação e exemplificação desses assuntos não se fazem em consonância com a proposta de leitura do capítulo, uma vez que os assuntos abordados não fazem uma conexão direta e explícita àquilo que deveria ter sido lido. Algumas explicações até mesmo retomam aspectos gramaticais textuais que não foram explorados em momento anterior, como na abordagem do estudo do mais-que-perfeito do indicativo. Na unidade 17, propõe-se a leitura dos “Mandamentos Cívicos” de Coelho Neto, cujo trecho está reproduzido na Figura 5 a seguir:

Figura 5. Trecho dos “Mandamentos Cívicos” de Coelho Neto no livro didático.

1. Honra a Deus amando a Pátria sôbre tôdas as coisas por no-la haver Êle dado por berço, com tudo o que nela existe de esplendor no céu e de beleza e fortuna da terra.
2. Considera a bandeira como a imagem viva da Pátria, prestando-lhe o culto do teu amor e servindo-a com tôdas as fôrças do teu coração.
3. Honra a Pátria no Passado: sôbre os túmulos dos heróis; glorifica-a no Presente: com a virtude e o trabalho; impulsiona-a para o Futuro: com a dedicação, que é a Fôrça da Fé.
4. Instrui-te, para que possas andar por teu passo na vida e transmite a teus filhos a instrução, que é o dote que não se gasta, direito que não se perde, liberdade que se não limita.
5. Pugna pelos direitos que te confere a Lei, respeitando-a em todos os seus princípios, porque da obediência que se lhes presta resulta a ordem, que é a Fôrça suave que mantém os homens em harmonia.

Fonte: Cretella Júnior (1956, p. 75)

Nesses primeiros cinco mandamentos, assim como nos seguintes, há repetição dos verbos iniciais no tempo verbal do imperativo afirmativo (tu honra, tu considera, tu instrui, tu pugna). Logo, o esperado é que, na explicação do que o autor chama de “Teoria Gramatical”, seja abordado um tópico a respeito desse tempo verbal, já que foi frequente no texto sugerido para a leitura. Entretanto, não é o que acontece: o autor propôs um estudo do tempo mais-que-perfeito

do indicativo e apresentou, para exemplificar os usos desse tempo verbal, trechos de poemas de Camões e Gonçalves Magalhães, que não dialogam com o texto de Coelho Neto.

O que se percebeu é que falta, nesse livro didático, uma recuperação de exemplos retirados dos textos sugeridos para a leitura para que se discuta e analise os assuntos gramaticais em contextos concretos, e não em frases retiradas de outra obra (ou criadas para exemplificar fenômenos) que servem somente para fins de aprendizado, alheias ao seu autor, obra e contexto de produção. Na seção de “Aplicação Gramatical”, o mesmo padrão reproduz-se.

Na “Aplicação Gramatical”, que aparece logo após a “Teoria Gramatical”, o autor propôs exatamente uma aplicação dos conceitos gramaticais abordados. Nessa parte prática, normalmente Cretella Júnior apresentou fragmentos de textos literários diversos unicamente para fins de análise linguística. Ainda no caso do estudo do mais-que-perfeito do indicativo, o exercício solicitado foi o seguinte:

Figura 6. Exercício sobre o tempo verbal mais-que-perfeito do modo indicativo.

Substituir as formas verbais grifadas, do *Mais-que-Perfeito do Indicativo*, pelas formas correspondentes do *condicional* ou do *imperfecto do subjuntivo*, conforme o caso:

1. Tão sossobrados estavam de assombro, que *disseras* tinham perdido o juízo (Francisco Manuel de Melo).
2. Para morrer, *asinha me pudera* isto aproveitar (Bernardim Ribeiro).
3. E assi interpretam alguns o vocábulo hebraico: como se mais claramente *dissera* (Frei Heitor Pinto).

Fonte: Cretella Júnior (1956, p. 78)

Quando o autor não utilizou dos textos literários para a aplicação gramatical, apresentou exercícios criados para os fins desejados, totalmente retirados de um contexto maior e com o objetivo de apenas trabalhar determinado aspecto de uma determinada unidade didática. O exemplo abaixo pede conhecimentos sobre regência verbal. Pela simplicidade gramatical das frases, observa-se que o próprio autor do livro criou-as para possuírem contextos adequados para prática da teoria gramatical apresentada na unidade didática (Figura 7).

Figura 7. Exercício de regência verbal.

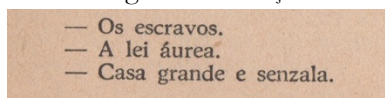
Colocar diante dos verbos a preposição por eles exigidas, de acôrdo com o contexto:

1. Preciso ... livros.
2. Combateu moinhos de vento.
3. O pai passeia ... os filhos ... o jardim.
4. O bom estudante é elogiado ... todos os mestres.
5. Não aprendemos ... a escola, mas ... a vida

Fonte: Cretella Júnior (1956, p. 55)

No tópico “Temas Sugeridos pelo Texto”, Cretella Júnior citou assuntos que se relacionavam ao texto indicado para leitura, uma espécie de “palavras-chaves” sobre a temática abordada no fragmento. Por exemplo, a partir do excerto do texto “O Navio Negreiro” de Castro Alves na unidade 7, o autor apontou os seguintes temas sugeridos: os escravos, a lei áurea, a casa grande e a senzala (Figura 8). Esses são pontos principais que o professor poderia abordar em sala de aula e que fazem ligação direta com o conteúdo do texto lido.

Figura 8. Exemplo de assuntos sugeridos na seção “Temas Sugeridos pelo Texto”.



Fonte: Cretella Júnior (1956, p. 39)

No entanto, essa seção parece estar deslocada, sendo a penúltima das unidades didáticas, localizada entre a “Teoria Gramatical” e a “Biografia”. Para que houvesse uma real coesão na exploração das questões da unidade, essa seção enfocada nas palavras-chaves deveria estar posicionado entre o de “Vocabulário” e os “Comentários”, ou logo depois desses, levando em consideração que essas dizem respeito a aspectos textuais pontuais.

Por fim, a última seção das unidades didáticas é a de “Biografia”, que apresenta uma curta descrição da vida do autor do texto literário do início da unidade. Essa seção também parece estar posicionada inadequadamente, uma vez que, assim como a seção que a precede, remete a uma discussão sobre a obra literária que já deveria ter sido realizada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, discutimos sucintamente sobre a fundamentação teórica que embasou esse trabalho, os pressupostos da História das Disciplinas Escolares (CHERVEL, 1990). Para a investigar o ensino de Língua Portuguesa da década de 1950, escolhemos analisar o livro didático *Português para o Ginásio*. Este manual refletiu, como esperado, o pensamento pedagógico e a concepção de ensino vigentes na época, além de proporcionar um importante meio para analisar a sociedade e a cultura do período em que foi produzido e utilizado.

O contexto político desempenha um papel decisivo na produção do material didático. Portanto, foi essencial apresentarmos um breve panorama educacional da época em que o livro foi comercializado, assim como os principais aspectos do contexto legislativo vigente na época de sua publicação.

Em seguida, discorreremos sobre a metodologia utilizada, a análise documental, fundamentada nos preceitos de Cellard (2008). Para uma avaliação crítica da documentação analisada, esse autor defende a investigação do *contexto* de produção, a *identidade* do autor, a *autenticidade* da informação, a *natureza* do texto, sua *lógica interna* e *conceitos-chaves*.

A análise do livro didático selecionado revelou que ele está estruturado, na maior parte das unidades, da seguinte forma: inicialmente, um texto literário é apresentado. A seguir, a seção de “Vocabulário” aparece com a função de dicionário, apresentando o significado de alguns termos presentes no texto inicial. Em seguida, a seção de “Comentários aborda predominantemente questões gramaticais e estilísticas do excerto sugerido para leitura no início de cada unidade. Já a seção de “Teoria Gramatical” aborda tópicos gramaticais de forma descontextualizada, sem relação direta com o texto inicial, e os exercícios da seção “Aplicação Gramatical” seguem o mesmo padrão. As últimas duas seções, “Temas Sugeridos pelo Texto” e “Biografia”, embora presentes em todas as unidades, aparecem deslocadas do texto inicial com o qual dialogam diretamente.

Constatamos que, embora o livro apresente textos de diversos gêneros e variados autores do cânone brasileiro, há poucos exercícios que levam em consideração aspectos voltados ao texto literário. O aprofundamento da discussão sobre o texto literário recai exclusivamente sobre o professor, que deve elaborar questões e atividades para desenvolver a competência leitora dos alunos, já que o livro não fornece tal orientação.

O docente é responsável por “interpretar o pensamento do autor, examinar as relações entre conteúdo e forma, destacar a ideia ou sentimento fundamental, apreciar as ideias ou sentimentos acessórios e conduzir ao juízo crítico, estudando a obra em seu conjunto e situando-a no seu tempo” (Cretella Júnior, 1956, p. 09). A estrutura do livro “Português para o Ginásio” permite maior autonomia ao docente na condução das aulas, servindo como base para questões que podem ser exploradas em sala de aula.

Por fim, observamos que a abordagem da gramática normativa foi realizada sem conexão com o texto literário. Os exercícios propostos partiram de excertos de outras obras ou foram criados pelo autor para permitir a prática de determinados assuntos. Assim, concluímos que houve um ensino da gramática descontextualizado, sem conexão direta com o texto sugerido para leitura.

A partir da análise da estrutura interna do livro “Português para o Ginásio”, dos pontos de seu conteúdo programático e da disposição e aprofundamento deles, foi possível refletir sobre o ensino de Língua Portuguesa na década de 1950. Acreditamos que um olhar crítico sobre as práticas metodológicas passadas pode contribuir para o aperfeiçoamento do ensino da língua materna e das práticas pedagógicas na educação básica.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.006*, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Diário Oficial da União, seção 1, p. 277, 1938.
- BRASIL. Portaria nº 1045, de 14 de dezembro de 1951. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. XVIII nº 47, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP – Ministério da Educação e Saúde – MES, outubro-dezembro, 1951, p. 205-282.
- BRASIL. Portaria nº 966, de 2 de outubro de 1951. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. XVI, nº 44, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP – Ministério da Educação e Saúde – MES, outubro-dezembro, 1951, p. 249-268.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, 2, 177-229, 1990.
- CHOPPIN, A. Las políticas de libros escolares en el mundo: perspectiva comparativa e histórica. In: SILLER, Javier Pérez; GARCÍA, Verena Randkau (Org.). *Identidad en el imaginario nacional: reescritura y enseñanza de la historia*. Puebla: Universidad Autónoma de Puebla, 1998, p. 169-180.
- CRETELLA JÚNIOR, J. *Português para o ginásio*. 32ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- FILGUEIRAS, J. M. *Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil: (1938-1984)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.
- MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Editora Atlas, 2005. p. 269-280.
- OLIVEIRA, J. B. A.; GUIMARÃES, S. D. P.; BOMÉNY, H. M. B. *A política do livro didático*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1984.
- SOARES, M. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, p. 155-177, 2002.
- SOUZA JUNIOR, M.; GALVÃO, A. M. de O. *História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 391-408, set./dez. 2005.